

ÉTICA E ECOLOGIA

João Menezes de CARVALHO¹

RESUMO

O tema que iremos tratar vem sendo dos mais polêmicos do momento. Porém, o desafio maior é elaborar uma ética de dimensões ecumênicas, que seja possível e praticável. Não só para cada nação, mas também para todo o globo. E aqui cabe-nos a questão: quem pode garantir a prática de uma ética-planetária? A ética traz consigo um alerta para o visível problema ecológico. Mostrando que o progresso tecnocientífico traz conseqüências devastadoras para a natureza e para o ser humano, pondo em risco toda a vida na Terra. A ecologia como ciência do habitat: da vida vegetal, animal e humana vem por sua vez trazer dados da devastação do ecossistema, buscando encontrar uma saída que garanta uma evolução sustentável em todo o planeta.

Palavras-Chave: Ética – Ecologia – Responsabilidade - Estado.

A RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Mais do que nunca, a pós-modernidade precisa de um novo paradigma ético-ecológico, que priorize o desenvolvimento sustentável

⁽¹⁾ Mestrando em Filosofia – Ética PUC-Campinas – Bolsista CAPES.

e um progresso voltado para a inclusão de todos os excluídos e de uma convivência pacífica entre ser humano e natureza.

É inegável que não há mais um território fixo para o problema ético-ecológico. O problema ecológico nos mostra que a responsabilidade ética não é mais de uma nação em si; contudo, há países que devem assumir uma responsabilidade maior, pois poluem e devastam em maior escala. A “culpa” não é só local, porque a responsabilidade deve ser de ordem mundial, uma vez que cada Estado-Nação deve assumir seu papel perante à população. Diante de um estado pós-moderno que prioriza o lucro, o consumo, o mercado, a ciência e a tecnologia, a ecologia e a ética tornam-se inúteis, não passando de belas e utópicas teorias, distantes da realidade, quando na verdade deveriam ser uma prioridade estatal.

O Estado faliu em seus objetivos para o qual foi racionalmente institucionalizado. Se tal estado morreu, morreu também a razão que o fizera, pois torna-se um paradoxo explicá-lo ou justificá-lo. Alcançar uma qualidade de vida e um equilíbrio sustentável, logicamente, é de primordial responsabilidade do estado, que tem o dever de criar uma estratégia social, produto de um compromisso sério com o meio ambiente e a população.

A razão estatal assumiu uma forma de aplicação instrumental, tendo como característica a técnica. Cria-se o mito do desenvolvimento, que arrasta consigo a destruição da natureza e a exclusão do ser humano pelo estado. É o que explicam estas linhas de Adorno & Horkheimer: “O mito” converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-se na medida em que pode manipulá-los: “O Estado Moderno recebe o poder do povo para realizar o bem comum desse mesmo povo, em determinado território, mediante a proteção e a garantia permanente de valores que conduzem ao desenvolvimento

integral da personalidade humana. A estrutura institucional do estado tem por base a garantia de valores seculares, éticos e agora ecológicos que conduzem à elevação civilizatória da humanidade”.

Tanto as ordenações jurídicas (constituição, códigos e leis), quanto as instituições de governo (ministérios, repartições) devem visar assegurar à sociedade os valores de uma livre cosmovisão, ética em sua compreensão da Natureza, consagrados hoje como direitos fundamentais do ser humano. E estes valores, estão sob o arbítrio do estado que deve prover a proteção a vida, a segurança, a liberdade, a justiça, a paz, a propriedade, a honra, pelo direito e pela ordem pública, direcionado ao bem comum.

O desafio que se propõe é ensinar a população aquilo que não se sentiu, que não se viveu. Tais constituições têm o papel de assegurar a integridade física e moral, saúde, educação e direito ao trabalho. Com efeito, o que aconteceu com a razão maior da humanidade, o “Estado Moderno”? Como assegurar o mínimo e o máximo de valores éticos e ecológicos da humanidade? Como sobreviver a um estado que a cada dia promove a Ilusoética²? Uma vez que, com o passar dos tempos, torna-se cúmplice e até parceiro de uma ética da ilusão, de uma imagem que convence e distorce a realidade e põe o disfarce, a mentira, a dissimulação no lugar da verdade.

É preciso ver o não visto, ver que os meios de comunicação incomunicam os fatos reais e ocultam o falso do mercado estatal; diante disto é preciso mostrar que não há como admitir que a instabilidade seja sinônimo de progresso.

Atualmente, a pós-modernidade precisa de um coração universal de dimensão cósmica, e de uma razão que busque um

(2) **Ilusoética** - refere-se a toda ação aética, que vai contra a ética clássica e contemporânea. Atitude dissimulada usada pela imagem ilusória ou pessoa manhosa com o intuito de afirmar-se como valor ético sustentável. Assemelha-se ao sentido de Metis grega.

Etocentrismo³, que vise e assegure a elaboração de leis categóricas praticáveis, em especial para o estado-nação que não cumprir seus deveres, para garantir a humanidade e à natureza uma convivência sustentável, optando pela vida e por uma ética de centro, isto é, uma ética que esteja no centro da vida planetária e supere a decadência geral dos costumes, da moral, da sensibilidade lúdica e artística. Devem-se buscar soluções exteriores a partir do interior, pois o homem e a planta são mortais e mutáveis.

Os regimes de governo se guiam por três modelos: individualismo (da liberdade individual); coletivismo (busca da igualdade como bem coletivo, como sacrifício da liberdade individual) e personalismo (que seria um individualismo mitigado, preservando os direitos humanos, consagrados nas constituições modernas). A ordem pública decorre do valor segurança e da realização dos objetivos nacionais e do bem comum, de que deriva a paz.

Como explicar a “indústria do seqüestro”, considerando-se que até 1970 a própria palavra, seqüestro, era pouco conhecida? Assim também a palavra “mídia”. As duas, hoje, disputam ibope, ou seja, uma divulga a outra. A mídia é o professor eletrônico que pode ensinar por formatos mais eficientes e de grande influência; já os pais e os professores verdadeiros, “de carne e osso”, perdem o valor e o significado diante deste monstro regido pelo estado-mídia. Tal estado não mais governa, apenas gerencia.

Do ponto de vista “legalista” da filosofia, Kant aponta para a “Paz Perpétua”. É preciso aspirar à paz perpétua, mas a paz perpetua não é a paz dos cemitérios. Os pré-requisitos da paz perpétua são: a) um pacto preliminar e limitado entre os Estados; b) a manutenção da soberania dos Estados; c) a renúncia à intervenção bélica nos assuntos dos outros; d) a fundação de uma confederação cujo objetivo primordial

⁽³⁾ **Etocentrismo** - refere-se a uma ética no centro da vida, do universo. Ação que tem como objetivo a prática da ética para sustentar e promover a vida em seu sentido pleno, em todos os lugares, sem distinções de quaisquer espécies. Ética no centro da vida planetária.

é a não agressão entre esses Estados; e) a defesa unilateral do o comportamento pacífico. A paz que Kant propõe para os Estados não deve se reduzir à paz entre as instituições, mas deve abranger igualmente a natureza, buscando uma Paz Perpétua Ético-Ecológica. Só assim o ideal de paz abrangerá sem exceções toda a vida na Terra. Lao Tsé ensinava que: “os impérios que devem morrer têm numerosíssimas leis”.

A globalização transformou o modelo estatal, tornando-se superior a qualquer estado. A debilidade deste está ligada à crise da sociedade moderna e a ética também perdeu seu sentido, sucumbindo junto com a sociedade pós-moderna. O fato é que o estado não serve mais de modelo para organizar e cuidar da sociedade, nem é mais capaz de guiá-la para novos rumos. O estado distanciou sua política da ética, e o que se tem agora é uma forma fragmentada de ação sustentada por interesses voláteis dos grupos privilegiados que se revezam no poder.

O mercado do capital tornou-se instituição que aos poucos substituiu de forma devastadora o antigo estado moderno. Agora o que impera é um processo de relações socio-econômicas que privilegia a competição, a exclusão e o capital consumista. O dilema do estado é a perda do instrumental de racionalidade em resolver problemas e passa a ser um mero sistema que se protege a si próprio. O estado não mais governa, é governado. Diante disto, a ecologia e a ética ficam em último plano, e a política de responsabilidade acaba ficando sob os cuidados da população, das ONGs (Organizações Não-Governamentais) e pequenas empresas.

O desenvolvimento tecnocientífico, ao que parece, está destituído de um critério ético, pois vive em um livre mercado concedido pelo estado visando o lucro e o consumo desenfreado, sem a preocupação de elaborar uma ética mundial.

Para que se tenha uma percepção do todo como uma interligação entre ser humano e natureza, o respeito à vida deve ser visto como uma necessidade ético-biocêntrica, daí o estado deve assumir a responsabilidade de garantir um espaço vital para o ser humano e exigir

deste uma posição de responsabilidade. Esse direito é inalienável e deve ser transcendente às necessidades humanas. Não basta pensar no benefício presente, mas num futuro que não vamos ver, e que ficará para as gerações vindouras.

É tarefa do estado garantir um imperativo para a qualidade de vida na terra como um todo, sem distinção, do ser humano aos animais e vegetais, visando construir uma sociedade sustentável; de conservar a vitalidade e diversidade do planeta Terra; permitindo que as comunidades cuidem do meio-ambiente e não ponha neles a responsabilidade que lhe é peculiar.

Entretanto, o indivíduo não pode ser compreendido fora desta teia de relações. Ele é um indivíduo relacionado, um cidadão e ator social. Fica o alerta que devemos ter consciência que a maior responsabilidade de agir é de proporção ao poder vigente, isto é, do estado. Pois a política neoliberal e a tecnociência são culpadas pela decadência da qualidade de vida e da depredação do meio-ambiente.

A ecologia se alia à ética para tornar possível a preservação da vida em seu sentido pleno. Cabe-nos apontar a necessidade de uma política social que vise promover o direito de cidadania plena de todos os seres vivos que povoam a terra. É preciso uma ética-política de responsabilidade planetária que abranja o progresso tecnocientífico e todo o conhecimento humano, sem exceções e proselitismos.

Uma boa saída para a crise ético-ecológica, e para que o estado assuma uma responsabilidade política interestadual é a resposta apontada por Leonardo Boff: "Viva de tal maneira que não destruas as condições de vida dos outros que vivem no presente e vão viver no futuro. Ou positivamente: viva no respeito e na solidariedade para com todos os demais companheiros de vida e de aventura e cuide para que todos os seres possam continuar a existir já que todo o universo se fez cúmplice para que eles existissem e chegassem até o presente"

Portanto, sabemos que temos condições de mudar e salvar o nosso planeta. Não é falta de dinheiro nem de consciência. Mas por

que não ocorre a mudança? Talvez o que mais nos falte na pós-modernidade é uma política associada à ética, que veja a ecologia como responsabilidade primordial, pois é o que nos vai assegurar a vida sobre a terra. O que falta ao estado e a todos nós é uma evolução interna e não externa, uma evolução da consciência que ouse mudar, mesmo que a mudança não seja do agrado de muitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO & HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. por Guido Antonio de Almeida. Jorge Zahar Editores, 1989.
- ANGELES, Mateos Garcia. *A Teoria dos Valores de Miguel Reale: Fundamentos de seu Tridimensionalismo Jurídico*. Trad. por Talia Bugel. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BOFF, Leonardo. In: HÜHNE, Leda Miranda (Org.). *Ética*. Rio de Janeiro: UAPÊ, 1997.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da Teoria Geral do Estado*. 16ª edição. São Paulo: Saraiva, 1999.
- GIACOIA Jr. Oswaldo. Hans Jonas. *O Princípio Responsabilidade – Ensaio de uma Ética para a Civilização Tecnológica*. In: OLIVEIRA, Manfredo de Araújo (Org.). *Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HANS, Küng. *Projeto de Ética Mundial*. São Paulo: Paulinas, 2ª ed, 1998.
- MANCINI, Roberto. *Éticas da Mundialidade*. São Paulo: Paulinas, 2000.
- PEGORARO, Olinto. *Ética é Justiça*. Petrópolis: vozes, 1995.
- KANT, Immanuel. *La Paz Perpétua*. Ed. A. Truyol. Tecnos. Madrid: 1989.
- TRASFERETTI, José. *Filosofia, Ética e Mídia*. Campinas: Alínea, 2001.